

PERSPECTIVAS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

EMIR JOSÉ SUAIDEN

Programa Nacional de Bibliotecas
Instituto Nacional do Livro
Brasília, DF

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas está sendo implantado com o objetivo maior de solucionar os problemas enfrentados pela biblioteca pública, criando condições para que esta possa cumprir satisfatoriamente sua missão.

As bibliotecas públicas nos países desenvolvidos são as responsáveis, em grande parte, pela formação de hábitos de leitura na comunidade e a principal fonte de estímulo ao desenvolvimento da indústria editorial.

Há muito vem sendo reconhecido pelas autoridades o valor das bibliotecas públicas e o dever dos governantes de oferecer esse serviço à comunidade. Nos Estados Unidos da América do Norte, desde 1917 a biblioteca pública assumiu um papel de suma importância e, em 1949, com a publicação do **Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**, esse tema despertou enorme interesse, dando grande impulso, em diversos países, aos serviços prestados pelas bibliotecas públicas. Outras atividades importantes e que contribuíram decisivamente para esse avanço foram aquelas desenvolvidas, durante as últimas décadas, pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB). Podemos citar, como exemplo, a declaração geral das normas aprovadas em Madri, em 1958, e as normas para edifícios de bibliotecas públicas, aprovadas em Varsóvia, em 1959. O manifesto da UNESCO foi revisado em 1972 e as normas da FIAB em 1973 (3). Os novos textos aproveitaram a experiência adquirida na preparação de normas nacionais.

No Brasil, em 1937, o Governo criou, com a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários, o Instituto Nacional do Livro, passando esse órgão do Ministério da Educação e Cultura a dar prioridade, em seu trabalho, à formação de bibliotecas públicas em todo o território nacional (4).

Mário de Andrade, em 1939, assim se expressava a respeito do assunto: "A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos doloros problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo ... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação" (1).

Em 1961, o Decreto-Lei nº 51223, datado de 22 de agosto, criou, no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. Esse órgão tinha por finalidades: a) incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do País; b) estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais de bibliotecas; c) colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; d) promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que servisse todo o território nacional.

Infelizmente, devido a uma série de fatores, o Serviço Nacional de Bibliotecas não conseguiu cumprir seus objetivos, e o Decreto-Lei nº 62239, de 8 de fevereiro de 1968, incorporou-o ao Instituto Nacional do Livro, passando este a coordenar a política nacional de bibliotecas, tendo como meta prioritária a biblioteca pública.

Posteriormente, o Instituto Nacional do Livro adotou, entre outras, duas medidas de fundamental importância. A primeira foi firmar convênios com as prefeituras municipais para manutenção de bibliotecas públicas, nos quais ficaram definidas as obrigações do INL e a contrapartida dos municípios. A segunda foi adotar o sistema de co-edições em lugar da simples compra dos livros a serem enviados às bibliotecas públicas municipais.

Outro fator importante foi a implantação da Lei 5692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, tornando obrigatória a pesquisa por parte do estudante. Devido à impossibilidade de se manterem bibliotecas em todas as escolas, a biblioteca pública começou a ser vista pelas autoridades com dupla importância, pois passou a servir os estudantes e a população em geral, tomando-se instituição indispensável

à formação educacional e cultural da comunidade.

Apesar dos sucessivos esforços em prol do fortalecimento das bibliotecas públicas, estas não alcançaram ainda o desenvolvimento esperado. Segundo o cadastro das bibliotecas brasileiras do Instituto Nacional do Livro, apenas 2000 dos nossos 3953 municípios dispõem de bibliotecas públicas. Evidencia-se, assim, que a situação não é boa, se considerarmos que grande parte dos municípios ainda não possui biblioteca pública e as que existem, em sua maioria, não oferecem serviços bibliotecários adequados à comunidade.

Vários fatores têm dificultado o desenvolvimento das bibliotecas públicas, entre os quais podemos citar:

a) falta de planejamento integrado e de colaboração entre as bibliotecas, o que impede um melhor rendimento dos recursos existentes;

b) falta de conscientização dos governantes municipais quanto à importância que a biblioteca pública representa para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade;

c) carência de recursos financeiros. Geralmente os administradores aplicam nos serviços das bibliotecas 20% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, o que não é suficiente;

d) carência de recursos humanos. Segundo dados fornecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, existiam, registrados, até março de 1976, 5869 bibliotecários. Deste número, 3498 profissionais encontravam-se trabalhando na área do Rio de Janeiro e São Paulo.

A fixação do bibliotecário no interior do país é um problema de difícil solução, pois, apesar de existirem diversas escolas de Biblioteconomia, os bibliotecários preferem permanecer nas grandes cidades, onde recebem boa remuneração e gozam de melhores condições de aperfeiçoamento;

e) a falta de boas livrarias nos municípios, além de impossibilitar a motivação espontânea da população para o hábito de ler, dificulta sobremaneira a atuação dos responsáveis pelas bibliotecas locais, através das poucas opções oferecidas para aquisição do acervo e do preço monopolístico normalmente cobrado. O Brasil possui cerca de 400 livrarias, 90% das quais localizadas no eixo Rio-São Paulo.

Além das livrarias, a produção editorial e a distribuição de livros concentram-se obviamente também em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Sindicato Nacional dos Editores de Livros realizou, em 1973, uma pesquisa sobre produção editorial, do que resultou o registro da produção de 166.245.417 exemplares, englobando um

... Rio de Janeiro 40,4%; outros estados 2,1%.

Levando-se em conta a população do Brasil, que, em 1973, era estimada pelo IBGE em cerca de 104.000.000 de habitantes, os 7080 títulos publicados naquele ano representam uma média de 0,06 por mil habitantes, o que, comparado com outros países, representa um nível de leitura dos mais baixos.

Vale salientar que a produção e o consumo dos livros vêm aumentando sensivelmente nos últimos anos e, no Brasil, parece-nos prematura e um tanto desfocada a antecipação da sorte que esteja reservada ao livro como veículo de disseminação de conhecimento e saber. Ainda que se multipliquem até limites não previstos os veículos de comunicação de massa — os chamados *mass media* — durante muitas décadas a palavra impressa, principalmente sob a forma do livro, estará destinada a desempenhar um papel de suma importância na elevação dos níveis de informação do povo; quer funcione como o agente educativo primordial, quer como um fator auxiliar, caberá ainda por muito tempo ao livro uma função que seria imprudente menosprezar.

Em sincronia com o esforço de erradicação do analfabetismo, para mencionar apenas a vanguarda dessa batalha por nossa maioridade democrática, todas as agências ou entidades empenhadas em missões de alcance educacional devem aparelhar-se, o mais possível, para fortalecer a ação desse instrumento altamente versátil e de irreversível penetração que é o livro.

A carência de bibliotecas, em termos quantitativos e qualitativos, tem provocado sérios problemas, cujos reflexos se configuram na difícil situação financeira que atravessam diversos editores e, também, na falta de hábitos de leitura em grande parte da população brasileira. A falta de hábitos de leitura da população atinge alto índice. Há alguns anos atrás, o Sindicato Nacional de Editores de Livros e a Câmara Brasileira do Livro encomendaram uma pesquisa sobre a função social do livro na atual realidade brasileira. Verificou-se, em seis grandes cidades brasileiras, que o aluno do 2º grau é centrado na vida doméstica, onde “à noite se vê televisão”. O uso regular do livro se apresenta entre uma percentagem de 39,3% dos informantes, indicando, assim, um afastamento da leitura como população a um passo da vida universitária.

Num grupo de universitários de São Paulo, comprovou-se que apenas 66% declararam ter lido, no dia anterior ao questionamento. E por leitura se entende, em acréscimo ao livro, a de jornais e revistas. A extensão de tempo reservado à leitura, consoante as indicações produzidas, revelou-se baixa em relação ao que se podia esperar, tanto mais que outras pesquisas consignaram, em média, de 2 a 3 horas diárias dedicadas à televisão.

Richard Bamberger (2), ao analisar as razões por que em certos países se lê muito mais do que em outros, ou seja países em que os leitores representam uma proporção maior da população, pôs em relevo os seguintes fatores:

- 1) a posição dos livros na escala de valores do país, tal como se expressa, *inter alia* através dos gastos financeiros proporcionais à promoção do livro;
- 2) a tradição cultural;
- 3) as oportunidades de leitura;
- 4) o papel representado pelos livros na escola e no sistema educacional.

No Brasil, entre os fatores acima citados, a biblioteca pública deve desempenhar um papel relevante no oferecimento do item nº 3, ou seja, propiciar oportunidade de leitura à comunidade a que serve e, com isso, contribuir para a formação de hábitos de leitura.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, cuja implantação foi iniciada no final de 1977 em alguns estados brasileiros, surge, sem dúvida alguma, com extraordinária perspectiva no sentido de solucionar os problemas enfrentados pela biblioteca pública e, portanto, tomá-la apta a desenvolver seu papel como elemento fundamental para a democratização e popularização de educação e cultura.

Assim, os estados que receberam recursos do sistema estão tomando providências no sentido de que a biblioteca pública estadual preste eficiente assistência às municipais. Essa assistência assumirá várias modalidades, desde a melhor maneira de utilizar os recursos para aquisição de material bibliográfico, com o processamento técnico sempre realizado pela biblioteca que encabeçar o sistema no estado, até o atendimento ao leitor e, principalmente, o meio de atrair novos leitores.

A formação de recursos humanos, em diversos níveis, é uma das principais atividades do sistema. No caso de municípios pequenos, carentes de recursos, o instrutor do INL deverá preocupar-se com a formação de propagadores do livro e da leitura, como bem frisou o Prof. Antonio Agenor Briquet de Lemos: “O objetivo da biblioteca pública é colocar a cultura ao alcance de todos, sem qualquer tipo de discriminação e com o mínimo de obstáculos de ordem técnica. O instrutor deverá preocupar-se antes com a formação de propagadores do livro e da leitura do que com a formação de técnicos em classificação ou catalogação. Ele tem de entender que há conhecimentos biblioteconômicos que só podem ser adquiridos num curso superior de Biblioteconomia. Se o instrutor tentar conseguir despertar vocações para a profissão de bibliotecário isso será muito bom. Mas não será sua função tentar formar bibliotecários no âmbito de um curso intensivo”.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Mário de. Bibliotecas populares. *Revista do Livro* 2 (5):7-8, mar. 1957.
2. BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito da leitura*. Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1977. 128 p.
3. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. *Normas para bibliotecas públicas*. Trad. de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Quíron; Brasília, INL, 1976. 52 p.
4. FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro* 2(5) : 95-124, mar. 1957.
5. WITHERS, F. N. *Normas para los servicios bibliotecarios: estudio internacional*. Paris, UNESCO, 1975. 459 p.

ABSTRACT

Perspectives of public libraries in Brazil

The National Book Institute is undertaking the implementation of the National System of Public Libraries, which has as its major aim the solution of the problems that the public library faces in Brazil, so creating the conditions for the entire fulfillment of its social mission.